

**VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL) – Comunicação de**

Líder: Muito obrigado, Ver.^a Mônica Leal, Presidente desta Casa Legislativa; uma boa tarde às senhoras e aos senhores que acompanham os nossos trabalhos e discussões na tarde de hoje; vereadores e vereadoras; público que nos assiste pela TVCâmara. Ontem à tarde nós tivemos, na nossa Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE, uma reunião para tratar de um tema bastante sensível à nossa Cidade. O secretário de Educação,

Sr. Adriano Naves de Brito, compareceu, pela primeira vez, nos nossos trabalhos, o que foi muito bom, porque, até então, não tínhamos contado com a figura do Sr. Secretário nas outras reuniões, eram encaminhados alguns assessores para acompanhar e participar da reunião, mas nessa o secretário estava presente. O nosso assunto era sobre a questão das escolas de educação infantil conveniadas à Prefeitura de Porto Alegre. É uma obrigação legal, uma imposição legal oferecer às nossas crianças, a partir dos quatro anos de idade, a educação.

O nosso Plano Municipal de Educação estabelecia que nós teríamos, em 2016, a universalização da educação infantil para essa faixa etária – a partir do quatro anos. Não temos a universalização. Se todo pai e mãe que quiserem escolas para suas crianças de quatro a seis anos buscarem a Prefeitura municipal, provavelmente alguns colocados em fila de espera aguardarão por longos períodos – se é que a vaga um dia virá. Existem mais de 200 escolas conveniadas na Prefeitura municipal, enquanto a rede própria do Município conta com pouco mais de 40 instituições. Esse é o modelo adotado para oferta de educação pública para nossas crianças. Numa rede, 44 são escolas públicas e estatais, ficam sob o guarda-chuva e a responsabilidade direta da Secretaria Municipal de Educação, e o restante das vagas, as mais de 200 – se não me engano, são 227 atualmente – são instituições que têm convênio, portanto recebem repasse da Secretaria Municipal de Educação por aluno, por estudante. Eis que nós tivemos, desde 2017, mudanças nos critérios e ajuste ao marco regulatório. A questão toda é a seguinte: as instituições conveniadas estão muito inseguras com relação ao próximo edital que o secretário afirmou que será lançado pela metade do ano e que abrirá as inscrições lá pelo final do ano de 2019. Existem instituições que já operam, já oferecem o serviço para as nossas crianças há 30, 40 anos, algumas, obviamente, mais jovens, mas que a situação

de insegurança está preocupando todos eles. Instituições que operam com os seus equipamentos, com prédios próprios poderão perder o credenciamento se não cumprirem as exigências da Secretaria. E a grande indignação com relação aos representantes que aqui, ontem, fizeram fala foi com relação à falta de diálogo e falta de abertura de informações. Tudo está acontecendo às escuras e, portanto, preocupando todos os dirigentes dessas instituições.

Uma outra reivindicação muito grande foi com relação ao repasse insuficiente que faz com que as contribuições voluntárias, solicitadas às famílias, sejam necessárias. Eis que, pelos muitos relatos que recebemos ontem, junto com a papelada para encaminhamento das crianças a essas instituições, a SMED entrega também um formulário com diretrizes determinando que não aceitem cobrança, que não paguem, ou seja, uma orientação a não contribuir voluntariamente com essas instituições. Nós ouvimos, categoricamente, que os valores são insuficientes e que é necessário uma contribuição por parte das famílias que tenham a possibilidade. Portanto, a justificativa trazida por esses diretores e diretoras dessas escolinhas é muito pertinente. Nós precisamos que Secretaria Municipal de Educação mude a sua forma de comunicação, que instrua que a cobrança compulsória é proibida, mas que a cobrança, a cobrança não, mas a sugestão de participação dessas famílias, que tem a possibilidade de arcar com algum recurso, contribui significativamente para manutenção desses equipamentos.

Eu gostaria de manifestar a minha tristeza com relação ao final da fala do secretário que afirmou que o dinheiro que é repassado para essas escolas dá para custear as despesas. Nós sabemos, acompanhamos esse caso desde 2015, que esse repasse é insuficiente. Boa tarde a todos.

(Texto sem revisão final.)